

EDP Transmissão Aliança SC S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
EDP Transmissão Aliança SC S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Aliança SC S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

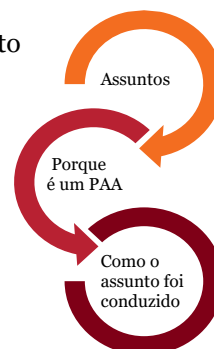
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





EDP Transmissão Aliança SC S.A.

Porque é um PAA

Mensuração dos Ativos da Concessão (Nota 11)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 2.510.625 mil referente aos ativos de concessão no âmbito do CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - *Revenue from contract with customer*) relacionados aos investimentos realizados na infraestrutura das linhas de transmissão acrescidos da margem de construção e da remuneração financeira, os quais requerem elevado grau de julgamento para avaliação do reconhecimento e mensuração dos montantes apresentados.

Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade dos cálculos. A mensuração em relação ao cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo, requerem a utilização de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços necessários para o cumprimento dessas obrigações, tais como as margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada separadamente e as projeções das receitas fixas e variáveis esperadas para essas obrigações de desempenho.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15, bem como a avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados ao processo de construção do ativo de contrato.

Efetuamos leitura dos contratos de concessão e seus aditivos (quando aplicável), testamos o cálculo dos valores alocados ao ativo de contrato de concessão, com base nas obrigações de performance previstas contratualmente e nos aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato.

Adicionalmente, analisamos as premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão em discussão com a Administração da Companhia e realizamos testes de inspeção documental do custo de construção no exercício.

Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que a mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações feitas em notas explicativas, são razoáveis e estão consistentes com os dados e informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



EDP Transmissão Aliança SC S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas



EDP Transmissão Aliança SC S.A.

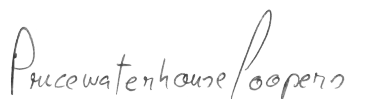
conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Adriano Formosinho Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA/73278502504
CNPJ: 17231902/04
Signing Time: 25 February 2025 12:51 BRT
© ICP-Brasil, OJ: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
Código: AC SERASA RFB v2


Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

EDP TRANSMISSÃO ALIANÇA SC S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	60.592	46.278
Disponibilidade da rede elétrica	6	33.833	27.391
Outros tributos compensáveis	7	1.864	4.339
Estoques		140	84
Ativos da concessão	11	225.320	206.008
Parcela de Ajuste	13	3.834	
Outros créditos	12	2.174	2.471
Total do Ativo Circulante		327.757	286.571
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	10	17.409	27.878
Ativos da concessão	11	2.285.305	2.232.933
Parcela de Ajuste	13	2.102	
Outros créditos	12		537
		2.304.816	2.261.348
Imobilizado		781	516
Intangível		2.156	1.892
		2.937	2.408
Total do Ativo Não circulante		2.307.753	2.263.756
TOTAL DO ATIVO		2.635.510	2.550.327
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	14	758	1.116
Debêntures	16	752.338	85.724
Outros tributos a recolher	7	8.571	8.743
PIS e COFINS diferidos	8	21.214	19.397
Dividendos	15	32.223	35.130
Provisões	17	5.338	3.233
Parcela de Ajuste	13	13.035	9.223
Outras contas a pagar	12	1.248	1.088
Total do Passivo Circulante		834.725	163.654
Não circulante			
Debêntures	16	802.053	1.448.313
PIS e COFINS diferidos	8	215.270	210.436
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	162.533	141.264
Provisões	17	19.030	31.635
Parcela de Ajuste	13	5.604	3.638
Outras contas a pagar	12	1.568	1.967
Total do Passivo Não circulante		1.206.058	1.837.253
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.1	340.501	340.501
Reservas de lucros	18.3	254.226	208.919
Total do Patrimônio líquido		594.727	549.420
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.635.510	2.550.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO ALIANÇA SC S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas	19	326.701	354.012
Custos	20		
Custo de operação		(14.742)	(9.793)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(10.037)	(3.303)
		(24.779)	(13.096)
Lucro bruto		301.922	340.916
Despesas e Receitas operacionais	21		
Despesas gerais e administrativas		(369)	(4.640)
Outras despesas e receitas operacionais		(16.674)	(83.650)
		(17.043)	(88.290)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		284.879	252.626
Resultado financeiro	22		
Receitas financeiras		9.844	13.827
Despesas financeiras		(190.238)	(185.909)
		(180.394)	(172.082)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		104.485	80.544
Tributos sobre o lucro	23		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(21.269)	(13.333)
		(21.269)	(13.333)
Lucro líquido do exercício		83.216	67.211
Resultado por ação atribuível aos acionistas	24		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,24439	0,19739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO ALIANÇA SC S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	83.216	67.211
Resultado abrangente do exercício	<u><u>83.216</u></u>	<u><u>67.211</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO ALIANÇA SC S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	340.501	236.295	-	576.796
Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2023		(53.258)		(53.258)
Lucro líquido do exercício			67.211	67.211
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		3.361	(3.361)	-
Reserva de retenção de lucros		22.521	(22.521)	-
Dividendos intermediários (JSCP)			(41.329)	(41.329)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	340.501	208.919	-	549.420
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	340.501	208.919	-	549.420
Lucro líquido do exercício			83.216	83.216
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		4.161	(4.161)	-
Dividendo adicional proposto		41.146	(41.146)	-
Dividendos intermediários (JSCP)			(37.909)	(37.909)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	340.501	254.226	-	594.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO ALIANÇA SC S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		104.485	80.544
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
PIS e COFINS diferidos		5.585	1.104
Remuneração dos Ativos da concessão		(236.907)	(232.015)
Margem na construção		(122)	5.990
Reajuste Anual		(10.267)	11.644
Depreciações e amortizações		137	132
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre debêntures		188.836	179.761
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(256)	4.096
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária		990	(350)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(3.788)	(2.604)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(591)	(14)
Outros		1.034	1.167
		<u>49.136</u>	<u>49.455</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Disponibilidade da rede elétrica		(6.442)	(560)
Ativos da concessão		246.869	182.094
Outros tributos compensáveis		(2.387)	(3.132)
Cauções e depósitos vinculados		14.257	126
Outros ativos operacionais		(5.158)	780
		<u>247.139</u>	<u>179.308</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(358)	(1.122)
Outros tributos a recolher		(404)	(1.816)
Encargos setoriais		(1.656)	(491)
Provisões		(13.251)	(10.057)
Outros passivos operacionais		6.736	7.022
		<u>(8.933)</u>	<u>(6.464)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais			
		<u>287.342</u>	<u>222.299</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		<u>287.341</u>	<u>222.299</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão		(68.174)	(2.604)
Adições ao Imobilizado e Intangível		(1.132)	(690)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
		<u>(69.306)</u>	<u>(3.294)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(35.130)	(80.626)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(65.393)	(56.494)
Pagamentos de encargos de dívidas		(103.089)	(101.971)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(109)	(118)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento			
26.1		<u>(203.721)</u>	<u>(239.209)</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>14.314</u>	<u>(20.204)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		60.592	46.278
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		46.278	66.482
		<u>14.314</u>	<u>(20.204)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO ALIANÇA SC S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Geração do valor adicionado	361.935	387.134
Receita operacional	96.856	134.462
Receita com construção da infraestrutura	4.025	(2.991)
Remuneração dos Ativos da concessão	261.054	255.663
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(37.507)	(96.988)
Materiais	(237)	(200)
Serviços de terceiros	(8.808)	(8.111)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(10.037)	(3.303)
Outros custos operacionais	(18.425)	(85.374)
Valor adicionado bruto	324.428	290.146
Retenções		
Depreciações e amortizações	(137)	(132)
Valor adicionado líquido produzido	324.291	290.014
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	10.214	14.438
Valor adicionado total a distribuir	334.505	304.452
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.185	3.108
Benefícios	711	709
FGTS	512	634
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	56.106	46.153
Estaduais	66	276
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	190.238	185.908
Aluguéis	471	453
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	37.909	41.329
	289.198	278.570
Lucros retidos	45.307	25.882
	334.505	304.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A EDP Transmissão Aliança SC S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Aliança), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP, foi constituída em 12 de maio de 2017, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 18 de fevereiro de 2022 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial em todos os trechos, válida desde 14 de junho de 2021 no primeiro trecho. A sua entrada em operação foi antecipada em 14 meses frente ao calendário da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

2 Concessão

Em 24 de abril de 2017 o Consórcio Aliança (composto pela EDP - Energias do Brasil, na participação de 90%, e pela Celesc Geração S.A., na participação de 10%) arrematou o lote 21 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 484,5 km e uma subestação localizada no Estado de Santa Catarina.

O Consórcio Aliança definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, sendo assinado junto à União o Contrato de Concessão nº 39/17 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação
484,5 km	Serviço Público	Concessão	SC	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita Anual Permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, de R\$171.824 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.348 (Nota 4.3), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$256.653.

O montante da RAP recebida no exercício de 2024 é de R\$248.374 (R\$255.176 em 31 de dezembro de 2023).

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2025.

3.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 25.1.1.

3.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável, que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 3.6); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 11); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 17.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 17.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1.2.1).

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos de concessão

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

3.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

3.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2024
OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.	Não há	Orientação	01/01/2024
ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpretação	01/01/2024
ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (<i>funding</i>) Mínimo e sua Interação	Esta interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta interpretação, os requisitos de custeio (<i>funding</i>) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (<i>funding</i>) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.	IFRIC 14	Interpretação	01/01/2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguro.	Não há	Pronunciamento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.	IAS 12 / IFRS 9	Pronunciamento	01/07/2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtotais: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Medida regulatória para o setor elétrico com impactos na Companhia

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa - REN nº 1.083 de 5 de fevereiro de 2024	Em 5 de fevereiro de 2024 foi publicada REN nº 1.083 aprovando os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica. A REN nº 1.088/24 alterou o art. 2º da REN que trata de prazo de aprovação de Relatório de Avaliação da Base de Remuneração pela Superintendência de Fiscalização Econômico, Financeira e de Mercado - SFF.	Esta Resolução aprova os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de transmissão que tratam da revisão da receita das transmissoras e implementação de melhorias e reforços.

4.2 Resultado complementar das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP de 2023

Em 9 de julho de 2024, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.342, estabelecendo o resultado complementar da Revisão Tarifária Periódica da Receita Anual Permitida - RAP de 2023 de R\$12.236 referente às receitas dos reforços e das melhorias da Companhia, devendo ser aplicados sobre as parcelas das novas instalações da Rede Básica – RBNI, das Demais Instalações de Transmissão autorizadas – RCDM e das Melhorias – RMEL retroativo a 2023.

4.3 Reajuste tarifário

Em 16 de julho de 2024, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.348, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 3,93% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	347	8.773
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	60.245	37.505
Total	60.592	46.278

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2024 os investimentos financeiros da Companhia estão remunerados a taxas que variam entre 97,00% e 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDB.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

6 Disponibilidade da rede elétrica

	Valores Correntes					Saldo líquido em 31/12/2024	Saldo líquido em 31/12/2023
	A Vencer		Vencidos				
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Concessionárias							
Encargos de uso da rede elétrica	27.420	2.214	2.212	1.145	842	33.833	27.391
	27.420	2.214	2.212	1.145	842	33.833	27.391

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica de R\$33.833 (R\$27.391 em dezembro de 2023), em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. O aumento apresentado para o exercício deve-se à atualização da receita anual com base na revisão tarifária anual.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		-		594	1	(4.803)	4.208	-
Total Circulante		-	-	594	1	(4.803)	4.208	-
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS		126	547				(550)	123
IRRF sobre aplicações financeiras		3.484	1.579				(3.484)	1.579
IR/CS retidos sobre faturamento		727	13				(725)	15
Outros		2	248				(103)	147
Total Circulante		4.339	2.387	-	-	-	(4.862)	1.864
Passivos a recolher								
Outros tributos a recolher								
ICMS		-	217		(213)			4
PIS e COFINS		2.426	25.481		(19.699)	(4.803)	(654)	2.751
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		48	604		(587)			65
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.1	6.199	5.686		(6.199)			5.686
Encargos com pessoal		70	840	3	(848)			65
Total Circulante		8.743	32.828	3	(27.546)	(4.803)	(654)	8.571

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7.1 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$5.686 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2024 a ser liquidado em janeiro de 2025.

8 Tributos diferidos

	Nota	Passivo			
		Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS	8.1	21.214	19.397	215.270	210.436
Imposto de renda e contribuição social	8.2			162.533	141.264
		21.214	19.397	377.803	351.700

8.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 9,25%.

8.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Prejuízos Fiscais	138.698	109.262			29.436	46.199
Base Negativa da Contribuição Social	49.931	39.334			10.597	16.631
	188.629	148.596	-	-	40.033	62.830
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	555	2.327			(1.772)	(20)
Gastos Pré-operacionais	2.068	3.446			(1.378)	(1.378)
Atualização dos ativos da concessão			424.331	363.169	(61.162)	(67.128)
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	80.117	77.827			2.290	1.572
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		203	11	176	(38)	6
Outras	40	68	9.600	10.386	758	(9.215)
Total diferenças temporárias	82.780	83.871	433.942	373.731	(61.302)	(76.163)
Total bruto	271.409	232.467	433.942	373.731	(21.269)	(13.333)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(271.409)	(232.467)	(271.409)	(232.467)		
Total	-	-	162.533	141.264		

8.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2032	A partir de 2033	Total Não circulante
16.647	36.458	36.679	36.736	37.039	55.600	52.250	271.409

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9 Partes relacionadas

	Relaciona- mento	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)			
			Circulante		Circulante		Operacionais			
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Disponibilidade da rede elétrica (Nota 6)										
Uso do sistema de transmissão										
EDP Espírito Santo	Controle Comum	30/07/2020 a 31/01/2033	393	326				2.848	2.661	
EDP São Paulo	Controle Comum	30/07/2020 a 31/01/2033	334	508				4.160	4.573	
Enerpeixe	Controle Comum	01/07/2021 a 30/11/2036	53	38				363	351	
Lajeado	Controle Comum	04/01/2020 a 31/01/2033	60	52				496	477	
Investco	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033	1	1				7	7	
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	30/07/2021 a 31/12/2048	12	11				137	140	
São Manoel	Controle Comum	01/07/2021 a 30/04/2049	84	76				706	722	
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2013 a 31/07/2043		57					443	
CEJA	Controle Comum	01/07/2021 a 31/12/2044	37	17				268	221	
			<u>974</u>	<u>1.086</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.985</u>	<u>9.595</u>	
Fornecedores (Nota 14)										
Contrato de prestação de serviços										
EDP Goiás	Controle comum	01/06/2022 a 31/12/2025			112	55		(675)	(651)	
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>112</u>	<u>55</u>	<u>-</u>	<u>(675)</u>	<u>(651)</u>	
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)										
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/01/2019 a 31/12/2027					159	226	(2.072)	(2.243)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/07/2017 a 31/12/2026					30	14	(192)	(205)
EDP São Paulo	Controle Comum	01/07/2017 a 31/12/2026					1	1	(17)	(4)
Compartilhamento de Backoffice (c)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora	01/02/2022 a 31/12/2028					1.017	106	(1.017)	(1.158)
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.207</u>	<u>347</u>	<u>(3.298)</u>	<u>(3.610)</u>
			<u>974</u>	<u>1.086</u>	<u>112</u>	<u>55</u>	<u>1.207</u>	<u>347</u>	<u>5.012</u>	<u>5.334</u>

(*) Em 22 de dezembro de 2023, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionado a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitam de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de BackOffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc., compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2028, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 24 de janeiro de 2025.

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2024	2023
Remuneração (a)	24	143
Benefícios de curto prazo (b)		10
Total	<u>24</u>	<u>153</u>

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização	Resgate	Baixas (Nota 10.2)	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais	17	20.762		1.726	(10)	(12.676)	9.802
Depósitos vinculados	10.1	7.116	7.549	2.062	(9.120)		7.607
Total Não circulante		<u>27.878</u>	<u>7.549</u>	<u>3.788</u>	<u>(9.130)</u>	<u>(12.676)</u>	<u>17.409</u>

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



10.1 Depósitos vinculados

A movimentação refere-se às atualizações financeiras relacionadas à garantia de um compromisso de compensação ambiental.

10.2 Baixas

As Baixas, referem-se a pagamentos de provisões cíveis relacionadas a processos relativos a indenizações a título de desapropriações, conforme (Nota 17.1.1.1).

11 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de “ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 19.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 25.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições (Notas 19 e 20)	Remuneração (Nota 19)	Recebimentos de RAP	Margem na construção (Nota 19)	Reajuste tarifário (Nota 4.3)	Outros (Nota 19)	Valor líquido em 31/12/2024
Ativos da concessão	2.438.941	10.037	261.054	(211.878)	122	11.314	1.035	2.510.625
Total	2.438.941	10.037	261.054	(211.878)	122	11.314	1.035	2.510.625
Circulante	206.008							225.320
Não circulante	2.232.933							2.285.305

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		17	18		
Ressarcimento de custos – CDE		1.854	1.372		
Despesas pagas antecipadamente		303	8		
Outros			1.073		537
Total		2.174	2.471	-	537
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento			51	42	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			1.207	347
Arrendamentos e aluguéis				102	527
Encargos setoriais	12.1		723	559	1.093
Obrigações Sociais e Trabalhistas			474	385	
Total			1.248	1.088	1.967

12.1 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualizações monetárias	Pagamentos	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	1.574	2.449	52	(3.127)	56	1.004
Outros encargos	78	964		(962)		80
Total	1.652	3.413	52	(4.089)	56	1.084

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****13 Parcela de ajuste**

O saldo total no Ativo em 31 de dezembro de 2024 de R\$5.936, refere-se ao saldo remanescente da Parcela de Ajuste – PA ativa homologada pela revisão tarifária periódica do ano base 2023. No Passivo, em 31 de dezembro de 2024 de R\$18.639 (R\$12.861 em 31 de dezembro de 2023), refere-se à estimativa da parcela de ajuste correspondente ao ciclo 2024/2025, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito – AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada nos próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da Companhia, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 4.2).

14 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo de Materiais e serviços em 31 de dezembro de 2024 de R\$758 (R\$1.116 em 31 de dezembro de 2023), é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão. A redução no saldo do exercício é devido a entrada em operação comercial da linha de transmissão.

15 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária Extraordinária - AGOE; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

JSCP do exercício anterior

Foi aprovada em AGOE, realizada em 30 de abril de 2024, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$67.211 da seguinte forma: (i) R\$3.361 como constituição de Reserva Legal; (ii) R\$41.329 como JSCP, sendo R\$35.130 líquido de imposto de renda; e (iii) R\$22.521 como reserva de retenção de lucros. Os juros sobre o capital próprio foram pagos aos acionistas da Companhia em 27 de dezembro de 2024.

JSCP 2024

Em 23 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2023 no montante bruto de R\$37.909, sendo R\$32.223 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Saldo em 31/12/2023	JSCP	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Passivo				
EDP - Energias do Brasil	31.617	29.000	(31.617)	29.000
Celesc Geração	3.513	3.223	(3.513)	3.223
	<u>35.130</u>	<u>32.223</u>	<u>(35.130)</u>	<u>32.223</u>



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16 Debêntures
16.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2024				31/12/2023			
											Encargos		Principal		Encargos		Principal	
											Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 160/22	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote Z1 do lote 05/2016-ANEEL	IPCA + 6,7200% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Celesc proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados.	21.311	736.827	810.509	1.568.647	24.492	67.938	1.462.569	1.554.999
(-) Custos de emissão				(56.660)		15/10/2018 a 15/10/2028			Amortização mensal			(5.800)	(8.456)	(14.256)		(6.706)	(14.256)	(20.962)
Total											21.311	731.027	802.053	1.554.391	24.492	61.232	1.448.313	1.534.037

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente às garantias das debêntures mencionados acima, na Companhia, é de R\$1.586.647 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.554.999 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



16.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante							
Principal	67.938	(65.393)		664.016		70.266	736.827
Juros	24.492	(103.089)	99.908				21.311
Custo de transação	(6.706)			(5.800)	6.141	565	(5.800)
	<u>85.724</u>	<u>(168.482)</u>	<u>99.908</u>	<u>658.216</u>	<u>6.141</u>	<u>70.831</u>	<u>752.338</u>
Não circulante							
Principal	1.462.569			(664.016)		11.956	810.509
Custo de transação	(14.256)			5.800			(8.456)
	<u>1.448.313</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(658.216)</u>	<u>-</u>	<u>11.956</u>	<u>802.053</u>

16.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2025	752.338
	<u>752.338</u>
Não Circulante	
2026	63.699
2027	73.362
2028	664.992
	<u>802.053</u>
Total	<u>1.554.391</u>

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão do contrato estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- (i) Liquidação, dissolução, decretação de falência ou pedido de falência da interveniente garantidora, exceto se elidido por meio do depósito judicial e/ou contestado no prazo legal;
- (ii) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, e autofalência da Companhia ou da interveniente garantidora;
- (iii) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da emissora ou da interveniente garantidora cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$75.000, caso não sanado em 10 dias, ou caso protesto seja efetuado por erro ou má-fé, ou tenha sido cancelado, ou teve sua exigibilidade suspensa por medida judicial;
- (iv) Se a EDP - Energias do Brasil deixar de ser titular, direta ou indiretamente, de: (a) no mínimo, 50% mais uma ação do capital votante da emissora; ou (b) participação societária que lhe assegure o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria, exceto de previamente autorizado pelos Debenturistas; e
- (v) Manutenção pela EDP - Energias do Brasil do indicador Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,50 vezes, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

17 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões cíveis	17.1			14.253	28.289
Licenças ambientais	17.2	5.338	3.233	4.777	3.346
Total		<u>5.338</u>	<u>3.233</u>	<u>19.030</u>	<u>31.635</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo					Ativo		
		Saldo em 31/12/2023	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2024	Depósito judicial	
								31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas		-	26			2	28	27	
Cíveis	17.1.1.1	28.281	2.188	(15.797)	(164)	(291)	14.217	8.815	18.700
Outros		8	9		(9)		8		
Total Não circulante		<u>28.289</u>	<u>2.223</u>	<u>(15.797)</u>	<u>(173)</u>	<u>(289)</u>	<u>14.253</u>	<u>8.842</u>	<u>18.700</u>

17.1.1.1 Cíveis

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão. Durante o exercício, houve o pagamento de diversos processos que foram encerrados, totalizando o montante de R\$15.797.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão.

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas		20	13	11
Cíveis	284	646	243	1.296
Total	284	666	256	1.307

17.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 é de R\$704 (R\$755 em 31 de dezembro de 2023).

17.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2023	Adições (Nota 17.2.1)	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2024
Circulante	3.233		(177)	247	1.981	54	5.338
Não circulante	3.346	2.723		214	(1.981)	475	4.777
Total	6.579	2.723	(177)	461	-	529	10.115

17.2.1 Adições

A adição de R\$2.723 refere-se à revisão de estimativa para gastos com condicionantes ambientais que é realizado periodicamente pela Companhia.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$340.501, totalmente subscrito integralizado, representado por 340.501.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição do Capital social está demonstrada a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Qtde. de ações	Percentual de participação	Qtde. de ações	Percentual de participação
EDP - Energias do Brasil	306.450.900	90,00%	306.450.900	90,00%
Celesc Geração S.A.	34.050.100	10,00%	34.050.100	10,00%
Total	340.501.000	100,00%	340.501.000	100,00%

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

18.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		83.216	67.211
Constituição da reserva legal - 5%	18.3	(4.161)	(3.361)
		<u>79.055</u>	<u>63.850</u>
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	15	37.909	41.329
Reserva de lucros	18.3	41.146	22.521
		<u>79.055</u>	<u>63.850</u>
Dividendos por ação - R\$ - JSCP		0,11133	0,25124

18.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Reservas de lucros			
Legal	18.2	21.980	17.819
Retenção de lucros	18.2	212.922	171.776
Lucro do exercício a deliberar	18.2 e 18.3.1	19.324	19.324
		<u>254.226</u>	<u>208.919</u>

18.3.1 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

19 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2024 é de 1,21% (1,21% em 31 de dezembro de 2023) sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• Receita de Operação e Manutenção (O&M)

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2024 é de 120% (120% em 31 de dezembro de 2023).

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• Remuneração dos Ativos da concessão

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 11,09% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a Modificação Tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2024	2023
Suprimento - Faturado			
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	11 e 19.1	4.025	(2.991)
Remuneração dos Ativos da concessão	11	261.054	255.663
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	11	61.732	63.647
Parcela Variável	13	35.124	70.815
Receita operacional bruta		361.935	387.134
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
PIS/COFINS		(31.821)	(29.651)
		(31.821)	(29.651)
Encargos do consumidor			
P&D		(2.449)	(2.364)
Outros encargos		(964)	(1.107)
		(3.413)	(3.471)
		(35.234)	(33.122)
Receita		326.701	354.012

19.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

Em 2024 temos uma receita incremental em função de custos retardatários. O saldo devedor no exercício de 2023 refere-se à reversão de custos estimados da obra que estavam registrados no fluxo do ativo de concessão e que não serão realizados.

20 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo de operação

20.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2024	2023
Terrenos			44
Servidão permanente	20.1.1	2.164	
Edificações, obras civis e benfeitorias			286
Máquinas e equipamentos		3.732	2.700
Móveis e utensílios		30	128
Gastos ambientais	20.1.2	3.891	
Outros		220	145
	11	10.037	3.303

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20.1.1 Servidão permanente

Refere-se a adições de depósitos judiciais referente servidões da Linha de Transmissão entre Abdon Batista e Campos Novos.

20.1.2 Gastos ambientais

Refere-se a adições para atendimento das condicionantes da Licença de Operação, sendo elas nos meios físico, biótico, gerenciamento ambiental e compensações.

20.2 Custo de operação

	Nota	2024	2023
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.2	4.625	2.303
Material		227	145
Serviços de terceiros	21.3	8.193	6.038
Amortização		79	49
Arrendamentos e aluguéis		614	452
Outras		1.004	806
Total		14.742	9.793

21 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Despesas operacionais					
		2024			2023		
		Gerais e administrativas	Outras	Total	Gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.2	198		198	2.476		2.476
Material		1		1	54		54
Serviços de terceiros	21.3	185		185	1.542		1.542
Depreciação - Ativos de direito de uso		50		50	68		68
Amortização		8		8	14		14
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			33	33		5	5
Arrendamentos e aluguéis		(143)		(143)			-
Outras	21.1	70	16.641	16.711	486	83.645	84.131
Total		369	16.674	17.043	4.640	83.650	88.290

21.1 Outras

O valor de R\$16.641 em 2024 e de R\$83.645 em 2023 referem-se à parcela do ajuste no ativo de concessão decorrente da atualização do WACC regulatório na atualização da RAP. O saldo é maior em 2023, pois naquele ano a atualização do WACC impactou a parcela contratual original da RAP, enquanto em 2024 tal impacto ocorre apenas para a RAP incremental por obra de reforço.

21.2 Pessoal e Administradores

	2024	2023
Pessoal		
Remuneração	2.659	2.445
Encargos	954	874
Previdência privada - Corrente	58	64
Programa de demissão voluntária	1	
Despesas rescisórias	41	321
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	478	298
Outros benefícios - Corrente	671	620
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	3	4
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(27)	(33)
Outros		26
	4.838	4.619
Administradores		
Honorários e encargos	6	139
Benefícios dos administradores	(21)	21
	(15)	160
	4.823	4.779

21.3 Serviços de terceiros

	2024	2023
Serviços de consultoria	1.037	962
Serviços de manutenção	4.359	3.637
Serviços ambientais	255	728
Serviços de informática	508	401
Serviços de publicação e publicidade	80	139
Serviços de transporte	273	293
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria	250	
Serviços Compartilhados	964	1.111
(-) Crédito de PIS/COFINS	(430)	(532)
Outros	1.082	841
	8.378	7.580

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



22 Resultado financeiro

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	5	7.853	10.642
Depósitos judiciais	10	1.726	1.791
Juros e multa sobre tributos	7	594	16
Outros juros e variações monetárias			1.914
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(370)	(611)
Outras receitas financeiras		41	75
		<u>9.844</u>	<u>13.827</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida	16.2		
Debêntures		(188.836)	(179.761)
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos	7	(3)	(2)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1.1	289	(4.096)
Arrendamentos e alugueis		54	(70)
Outros juros e variações monetárias		(990)	(1.320)
Outras despesas financeiras		(752)	(660)
		<u>(190.238)</u>	<u>(185.909)</u>
		<u>(180.394)</u>	<u>(172.082)</u>

23 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	Nota	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro			
Alíquota		104.485	80.544
IRPJ e CSLL		34%	34%
		<u>(35.525)</u>	<u>(27.385)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(33)	(40)
Juros sobre o capital próprio		12.889	14.052
Outros			
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	23.1	1.194	
Incentivos fiscais			
Outras		206	40
Despesa de IRPJ e CSLL		<u>(21.269)</u>	<u>(13.333)</u>
Alíquota efetiva		20,36%	16,55%

23.1 IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos

A variação refere-se à atualização de Depósitos Judiciais de ações que foram perdidas (nota 10) pela Companhia, desta forma o imposto diferido que havia sido constituído pela atualização foi revertido no momento da baixa do ativo, pois não será uma receita tributável para a Companhia.

24 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2024	2023
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	83.216	67.211
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	340.501	340.501
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>0,24439</u>	<u>0,19739</u>

25 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



25.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

25.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	60.245	37.505	60.245	37.505
			<u>60.245</u>	<u>37.505</u>	<u>60.245</u>	<u>37.505</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento		Nível 2	347	8.773	347	8.773
Disponibilidade da rede elétrica	6	Nível 2	33.833	27.391	33.833	27.391
Cauções	10	Nível 2	7.607	7.116	7.607	7.116
			<u>41.787</u>	<u>43.280</u>	<u>41.787</u>	<u>43.280</u>
			<u>102.032</u>	<u>80.785</u>	<u>102.032</u>	<u>80.785</u>
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	14	Nível 2	758	1.116	758	1.116
Debêntures	16	Nível 2	1.492.476	1.563.912	1.554.391	1.534.037
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	1.207	347	1.207	347
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2		619		629
Licenças ambientais	17.2	Nível 2	10.068	6.579	10.115	6.579
			<u>1.504.509</u>	<u>1.572.573</u>	<u>1.566.471</u>	<u>1.542.708</u>

25.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

25.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

25.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das debêntures, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(i) Debêntures: são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

25.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

25.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP – Energias de Portugal S.A).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

25.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures captadas pela Companhia apresentado na nota 16, possuem como contraparte o agente fiduciário Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui risco de mercado associado ao IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um impacto maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

25.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
			Até 1 ano	2 a 5 anos					
Aplicação financeira - CDB	CDI	60.245	8.946		8.946	2.300	4.627	(2.275)	(4.524)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	7.607	400		400	95	189	(97)	(196)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	67.852	9.346		9.346	2.395	4.816	(2.372)	(4.720)
Debêntures	IPCA	(1.568.647)	(130.139)	(158.339)	(288.478)	(30.519)	(61.915)	29.668	58.512
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(1.568.647)	(130.139)	(158.339)	(288.478)	(30.519)	(61.915)	29.668	58.512
		(1.500.795)	(120.793)	(158.339)	(279.132)	(28.124)	(57.099)	27.296	53.792

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 20,7% e 4,5% a.a.; e IPCA entre 12,9% e -0,6 a.a.

25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 11) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2024					31/12/2023	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores		5	753				758
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				1.207			1.207
Debêntures			752.338	802.053			1.554.391
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	15.201	28.931	84.386	130.611	47.589		306.718
Arrendamentos e aluguéis							-
Licenças ambientais							629
	23	1.343	4.215	5.304	393	(1.163)	10.115
	15.224	30.279	841.692	939.175	47.982	(1.163)	1.873.189

25.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2024 foi negativo em R\$506.968 (R\$122.917 positivo em 31 de dezembro de 2023). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O capital circulante líquido negativo decorre principalmente dos empréstimos e financiamentos de curto prazo, os quais poderão ser pagos com o fluxo de caixa gerado pela operação ou por captações de recursos externos ou intragrupo, se necessário.

25.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 16. Até 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para as Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

25.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2024 todas as aplicações financeiras da Empresa encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

25.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

25.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a Controladora, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da Controladora, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

25.2.4 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

25.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da sua execução do mesmo (Nota 28).

25.2.5 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinar as dívidas existentes.

	31/12/2024	31/12/2023
Total das debêntures	1.554.391	1.534.037
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(60.592)	(46.278)
Dívida líquida	1.493.799	1.487.759
Total do Patrimônio Líquido	594.727	549.420
Total do capital	2.088.526	2.037.179
Índice de alavancagem financeira - %	71,52%	73,03%

26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa
26.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	2024						
	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2024	
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	15	35.130	(35.130)		32.223	32.223	
Debêntures	16	1.534.037	(168.482)	82.787	106.049	1.554.391	
Arrendamentos e aluguéis		629	(109)	(54)	(466)	-	
		1.569.796	(203.721)	82.787	(54)	137.806	1.586.614
2023							
Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2023	
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos		27.368	(80.626)		88.388	35.130	
Debêntures		1.512.741	(158.465)	69.498	110.263	1.534.037	
Arrendamentos e aluguéis		727	(118)	70	(50)	629	
		1.540.836	(239.209)	69.498	70	198.601	1.569.796

26.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2024	2023
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	32.223	88.388
Capitalização nos Ativos da concessão relativo à contingências	2.017	2.078
Provisão para custos com licença ambiental nos ativos da concessão	2.723	1.142
Reversão	(466)	(50)
Total	36.497	91.558

27 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2024				31/12/2023	
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	116	99			215	62
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e transporte de energia	431	218			649	681
Materiais e serviços	9.806	4.992	502	799	16.099	22.616
	<u>10.353</u>	<u>5.309</u>	<u>502</u>	<u>799</u>	<u>16.963</u>	<u>23.359</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2024, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2024				31/12/2023	
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	110	119			229	62
Obrigações de compra						
Encargos de conexão e transporte de energia	412	250			662	704
Materiais e serviços	9.365	5.890	699	1.739	17.693	23.616
	<u>9.887</u>	<u>6.259</u>	<u>699</u>	<u>1.739</u>	<u>18.584</u>	<u>24.382</u>

28 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	373.767	100.000	373.767	100.000
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Seguro de Vida	1.791	(*)	1.749	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O seguro de Responsabilidade Civil - Engenharia possui como segurado a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$150.000; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

29 Eventos subsequentes

29.1 Reperfilamento da 1ª emissão de debêntures

Em 17 de fevereiro de 2025, os debenturistas da 1ª Emissão da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral de Debenturistas, o reperfilamento da 1ª emissão de debêntures (Nota 16), para o novo vencimento em 15 de outubro de 2044, com alteração da remuneração de IPCA + 6,72% a.a. para 8,34%.

29.2 Aquisição Facultativa da 1ª emissão de debêntures

Em 24 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou a liquidação financeira da Oferta de Aquisição Facultativa oferecida aos debenturistas da 1ª Emissão de debêntures, adquirindo 5.110 debentures de sua própria emissão no montante de R\$6.756.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Presidente

Maria Marta de Figueiredo Galdes
Conselheira

Daniel Bruder Silveira Sarmiento
Vice-Presidente

Tarcísio Estefano Rosa
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Daniel Bruder Silveira Sarmiento
Diretor-Presidente e Administrativo

André Caetano Rocha de Andrade
Diretor Técnico

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor - Accounting SA

Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador - CRC 1SP176534/O-5

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: D4F4AEFE-F174-4E9C-A803-AC6152CF17C4

Status: Concluído

Assunto: EDP - 31.12.2024 - EDP Aliança

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 29

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Debora Silva

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

debora.silva@pwc.com

Endereço IP: 134.238.159.50

Rastreamento de registros

Status: Original

25 de fevereiro de 2025 | 13:56

Portador: Debora Silva

debora.silva@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

25 de fevereiro de 2025 | 20:51

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Adriano Formosinho Correia

adriano.correia@pwc.com

Sócio

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 25 de fevereiro de 2022 | 21:45

ID: 4a676164-8029-488e-ba04-8e55a616033c

Nome da empresa: PwC

Assinatura

DocuSigned by:

99D108451FA5438...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.160.20

Registro de hora e data

Enviado: 25 de fevereiro de 2025 | 15:00

Visualizado: 25 de fevereiro de 2025 | 20:50

Assinado: 25 de fevereiro de 2025 | 20:51

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Debora Silva

debora.silva@pwc.com

Gerente

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Copiado

Enviado: 25 de fevereiro de 2025 | 20:51

Visualizado: 25 de fevereiro de 2025 | 20:51

Assinado: 25 de fevereiro de 2025 | 20:51

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	25 de fevereiro de 2025 15:00
Entrega certificada	Segurança verificada	25 de fevereiro de 2025 20:50
Assinatura concluída	Segurança verificada	25 de fevereiro de 2025 20:51
Concluído	Segurança verificada	25 de fevereiro de 2025 20:51

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.